



## O ENSINO COMO DIREITO DE DESENVOLVIMENTO DO CIDADÃO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Carlos Araújo<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute questões fundamentais relacionadas à educação, à democratização do ensino e à diversidade na sala de aula, destacando o papel dos professores como agentes de transformação. Foi realizada revisão bibliográfica sobre os temas abordados. A educação é um direito de todos e a democratização do ensino, defendida por Anísio Teixeira, visa universalizar o acesso e efetivar a aprendizagem. O Brasil apresenta diversidade étnica, social, cultural e racial que precisa ser valorizada no ambiente educacional para promover igualdade e justiça social. Os professores têm responsabilidade central na orientação dos alunos e na promoção da inclusão, mas enfrentam desafios como a necessidade de formação continuada para atender as diferenças na sala de aula. Sua formação deve abarcar conhecimentos disciplinares, compreensão da diversidade e relações étnico-raciais. As políticas de ação afirmativa valorizam a diversidade, mas as estruturas escolares precisam ser repensadas para serem mais inclusivas. A diversidade deve ser vista como aspecto positivo para enriquecer a experiência educativa. O professor exerce papel fundamental na criação de ambiente inclusivo que proporcione o desenvolvimento pleno dos alunos como cidadãos conscientes e respeitáveis.

**Palavras-chave:** Educação; Democratização do Ensino; Inclusão; Cidadania; Diversidade.

### INTRODUÇÃO

Este artigo aborda questões fundamentais relacionadas à educação, à democratização do ensino e à diversidade na sala de aula, com foco na formação de professores como agentes de transformação. A educação é um direito de todos e um dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento dos estudantes e a preparação para o exercício da cidadania conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional - LDBEN (1996). A democratização da educação é essencial, sendo a educação um bem público e um direito universal, como defende Anísio Teixeira. Esse processo inclui a universalização das oportunidades educativas e a promoção da liberdade dos cidadãos, garantindo que o acesso à educação não seja limitado, mas que a aquisição do conhecimento cultural público seja eficaz.

No contexto da diversidade, o Brasil é uma nação caracterizada pela sua riqueza identitária. Reconhecer e valorizar as diferenças é essencial para promover a igualdade e a justiça social. A diversidade manifesta-se em diferentes identidades, incluindo gênero, orientação sexual, religião, cultura, etnia e raça, sendo essencial combater o preconceito e a discriminação. Nas escolas brasileiras, os educadores encontram alunos de diferentes origens. É fundamental acolher as diferenças e abordá-las, pedagogicamente, para que a formação cidadã aconteça.

<sup>1</sup> Mestre em Educação (UEMG), Secretaria de Educação de Minas Gerais. E-mail: carllosaraujo@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: mariamarianamg2013@gmail.com.



Desse modo, o papel dos professores como agentes de transformação é essencial. Os docentes desempenham função vital no processo de inclusão e devem estar conscientes da sua responsabilidade de orientar a aprendizagem dos alunos. A inclusão escolar é um desafio e os professores necessitam de formação contínua para atender as demandas que surgem em sala de aula, mas que dizem de problemáticas da vida.

A formação desses profissionais da educação deve incluir não apenas conhecimentos disciplinares e acadêmicos, mas também uma compreensão da diversidade e das relações interpessoais a partir do viés de inclusão, do respeito às diferenças e promoção da dignidade humana. As políticas de ação afirmativa, como as cotas universitárias são tentativas de reparação cujas ações desenvolvem-se no final da vida escolar, mas as estruturas educacionais precisam ser repensadas para serem mais inclusivas desde o início e, desse modo, propiciar que o processo de aprendizagem seja mais igualitário em todo o seu percurso e desenvolvimento. A diversidade é um valor positivo que enriquece a experiência educacional de todos, docentes e discentes, sendo o maior ganho direcionado para a sociedade.

Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre a importância da educação, da democratização do ensino e da promoção da diversidade na formação de professores como um passo crucial para a construção de uma sociedade mais pluralista e mais justa. Os educadores são essenciais na criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver o seu potencial e de se tornarem cidadãos conscientes e respeitosos.

## **METODOLOGIA**

Foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica de literatura. Segundo Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de materiais como livros, artigos acadêmicos de revistas especializadas e documentos governamentais. Essa abordagem envolveu a análise crítica e a síntese de uma ampla gama de fontes bibliográficas relacionadas aos tópicos abordados. Desse modo, foi possível abordar e discutir de maneira abrangente o tema apresentado, promovendo um diálogo relativo à educação, à democratização do ensino, à diversidade na sala de aula e ao papel dos professores como agentes de transformação na educação, integrando perspectivas e conhecimentos relevantes disponíveis na literatura acadêmica selecionada.

## **A EDUCAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO**



A educação é direito de todos e dever do Estado, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996). Sobre a importância da educação, Manacorda (2006) pontua que o ato de aprender é inerente à existência humana e Rey (2004) ressalta que a meta da educação é formar indivíduos capazes de se tornarem sujeitos de seus conhecimentos.

O conceito de democratização do ensino surgiu na década de 1930 com o pensador e educador Anísio Teixeira. Ele defendia a educação como bem público e direito universal, não um privilégio de elites. Nas palavras de Oyama (2007), para Anísio Teixeira “a forma democrática da sociedade tem como base a educabilidade humana, a qual é concebida como um processo deliberado, sistemático, progressivo e sempre inacabado de formação do indivíduo”.

O processo de democratização do ensino apresenta significativa bibliografia analítica. Azanha (2004) define a democratização através de dois vieses principais: como universalização de oportunidades educacionais e como cultivo da liberdade do educando. Ressalta ainda que é um processo externo à escola, a educação, nessa conjuntura, é uma variável social mais ampla. Carvalho (2004) enfatiza que a democratização do ensino requer classes com número adequado de estudantes, escolas com infraestrutura e professores devidamente qualificados e preparados, além de condições materiais condizentes. Não basta garantir o acesso, é preciso assegurar aos discentes a apropriação dos bens culturais públicos que se difundem no ambiente escolar.

Outros autores como Birgin (2010); Azanha (2004) também corroboram essa perspectiva. Democratizar a educação é garantir a permanência no ensino público com padrões de qualidade, superando as históricas desigualdades educacionais. Segundo Touraine (1998), a escola, verdadeiramente, democratizante é aquela que assume o compromisso de formar os estudantes como atores sociais conscientes, respeitando a liberdade e os direitos individuais, defendendo interesses coletivos e valores democráticos, combatendo preconceitos e discriminações.

Nesse contexto, observa-se que a democratização do ensino está longe de ser um processo concluído no Brasil e apresenta numerosos desafios. A gestão democrática das escolas, o financiamento adequado da educação e a valorização dos profissionais da área são objetivos inadiáveis para a concretização desse ideário. A articulação entre escola, família e diferentes segmentos da sociedade também é essencial para a construção de um projeto educacional plural e inclusivo.



## **DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO**

O Brasil é um país diverso em sua composição social, étnica e cultural. Essa característica precisa ser valorizada e respeitada para que haja o entendimento dos sujeitos enquanto constituintes de uma nação. Reconhecer as diferenças que constituem a sociedade brasileira é essencial para a promoção da equidade e da justiça social. A diversidade se expressa em diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, religiões, culturas, etnias e raças que compõem o povo brasileiro. Valorizar a diversidade significa dar visibilidade e protagonismo a grupos, historicamente, excluídos, combatendo preconceitos e discriminações.

Promover a diversidade envolve mudanças profundas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do país. Implica questionar privilégios e criar espaços para que todos participem e sejam respeitados em sua dignidade humana. Uma sociedade democrática reconhece e inclui as múltiplas formas de ser brasileiro, com suas respectivas contribuições para construção do presente e, conseqüentemente, do futuro comum.

Nas escolas, há estudantes de diferentes classes sociais, etnias e identidades culturais. Essas diferenças precisam ser acolhidas e trabalhadas pedagogicamente, para que a escola cumpra seu papel na formação cidadã (CANDAUI, 2012). A escola reproduz as relações sociais e de poder existentes na sociedade. Nesse processo, esse espaço pode reforçar preconceitos e discriminações ao ignorar as diferenças e tratar os estudantes de forma homogênea. É preciso que as instituições educacionais devem reconhecer e valorizar os saberes de todos os grupos que as compõem (GOMES, 2005). As identidades dos estudantes precisam ser consideradas no planejamento pedagógico. Ao criar expectativas com base em estereótipos, a escola limita as possibilidades de aprendizado. O combate ao racismo, sexismo e outras formas de discriminação deve ser explícito nos currículos e no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2001). A formação de professores deve prepará-los para lidar com a diversidade e as relações étnico-raciais. Desconstruir o mito da democracia racial e trabalhar as questões pertinentes à temática, de modo transversal, no currículo educacional é uma prioridade (JESUS, 2019).

As políticas de ações afirmativas, como as cotas nas universidades, valorizam a diversidade e buscam reparar desigualdades históricas, mas é preciso repensar as estruturas escolares para torná-las mais democráticas de forma que o acesso ao ensino superior possa ser inclusivo e igualitário. Nessa perspectiva, Santos (2021) ressalta que a diversidade precisa ser um valor positivo, que enriquece a experiência educacional de todos. A escola deve se constituir enquanto um espaço de diálogo entre diferentes grupos e culturas. A educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, indígena e cigana são exemplos de



passos importantes nessa caminhada. Promover a diversidade é construir uma sociedade mais plural e humana (MACEDO, 2019).

## **O PAPEL DO PROFESSOR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DIANTE DOS DESAFIOS DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO**

É de extrema importância discutir o papel dos professores, assim como refletir sobre sua prática profissional. Ao pensar em inclusão escolar ou mesmo em outro contexto educacional, o professor é o principal agente de mudança. Cabe ao docente orientar e liderar o processo educativo. Para Hankel; Stahlschmidt (2009, p. 95), “o educador tem o papel e o poder de mudar o destino de seus alunos, desde que tenha consciência de sua responsabilidade”. O professor aponta para mundos desconhecidos semeando sonhos e mudando a realidade, o docente transforma o possível e constrói-se como figura guia para os estudantes.

Nessa dinâmica, compreender-se a conjuntura das instituições é importante para que o planejamento educacional seja assertivo e metas possam ser alcançadas. Segundo Apple (2002), o trabalho dos professores exige o descobrimento, o uso e a aplicação de novas aptidões e conhecimentos eficazes em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem contínua. O carinho e a atitude solidária do docente não podem ser negligenciados na prática educacional (FREIRE, 1998). Nesse sentido, as atitudes dos professores podem ser barreiras à inclusão.

A realidade em nossas escolas têm se mostrado muito contraditórias a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, há os que a temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam (CARVALHO, 2000, p.19).

Observa-se a dificuldade dos professores do ensino regular para lidar com as diferenças e, principalmente, para atender alunos com deficiência como demonstrado pela pesquisa de Mittler (2000). Para Pimentel (2012), por não saberem o que fazer ou como agir, alguns professores, por meio de palavras ou ações, passam uma mensagem de que o aquele espaço educacional não seria o mais adequado aos alunos em sua diversidade. Pereira (2016) apresenta outra problemática dessa situação, o fato de muitos professores sentem-se abandonados ao não saberem praticar a educação inclusiva. O desejo de mudar a realidade é um dos principais estímulos para a implementação de práticas de ensino nas quais as diferenças são respeitadas e concebidas como qualidades que agregam valor através de suas singularidades. Trata-se de um dever de todos no compromisso com a educação e com a dignidade humana que, no ambiente



escolar, apresenta maior protagonismo para o corpo docente, que precisa estar amparado e lastreado por um sistema e políticas coerentes com as necessidades vislumbradas em sala de aula.

## **A EDUCAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO**

A educação é direito de todos e dever do Estado, sendo fundamental para o exercício da cidadania, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996). Sobre a importância da educação, Manacorda (2006) pontua que o ato de aprender é inerente à existência humana e Rey (2004) ressalta que a meta da educação é formar indivíduos capazes de se tornarem sujeitos de seus conhecimentos e pragmatismos. O conceito de democratização do ensino surgiu na década de 1930 com o pensador e educador Anísio Teixeira. Ele defendia a educação como bem público e direito universal, não um privilégio de elites. Nas palavras de Oyama (2007, p. 32), para Anísio Teixeira “a forma democrática da sociedade tem como base a educabilidade humana, a qual é concebida como um processo deliberado, sistemático, progressivo e sempre inacabado de formação do indivíduo”.

O processo de democratização do ensino apresenta significativa bibliografia analítica. Azanha (2004) define a democratização através de dois vieses principais: como universalização de oportunidades educacionais e como cultivo da liberdade do educando. Ressalta que o processo é externo à escola, a educação é uma variável social mais ampla. Carvalho (2004) enfatiza que essa mudança requer classes com número adequado de estudantes, escolas com infraestrutura e professores, devidamente, qualificados e preparados, além de condições materiais que promovam esse avanço. Para além do acesso, é preciso assegurar aos discentes a apropriação dos bens culturais públicos que se difundem no ambiente escolar. Birgin (2010) e Azanha (2004) corroboram essa perspectiva. Democratizar a educação é garantir a permanência no ensino público com padrões de qualidade, superando as históricas desigualdades educacionais.

Segundo Touraine (1998), a escola, verdadeiramente, democratizante é aquela que assume o compromisso de tornar os estudantes atores sociais conscientes, respeitando a liberdade e os direitos individuais, defendendo interesses coletivos e valores democráticos, combatendo preconceitos e discriminações. A democratização do ensino no Brasil não está próxima da etapa de conclusão e apresenta numerosos desafios. A gestão democrática das escolas, o financiamento adequado da educação e a valorização dos profissionais da área são objetivos inadiáveis para a concretização desse ideário. A articulação entre escola, família e



diferentes segmentos da sociedade também é essencial para a construção de um projeto educacional plural e inclusivo.

## **DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO**

O Brasil é um país diverso em sua composição social, étnica e cultural. Essa característica precisa ser valorizada e respeitada para que haja o entendimento dos sujeitos enquanto constituintes de uma nação. Reconhecer as diferenças que constituem a sociedade brasileira é essencial para a promoção da equidade e da justiça social. A diversidade se expressa em diferentes construções identitárias que compõem o povo brasileiro. Valorizar a diversidade significa dar visibilidade e protagonismo aos grupos, historicamente, excluídos, combatendo preconceitos e discriminações. Promover a diversidade envolve mudanças profundas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do país. Implica questionar privilégios e criar espaços para que todos participem e sejam respeitados em sua dignidade humana. Uma sociedade democrática reconhece e inclui as múltiplas formas de ser brasileiro, com suas respectivas contribuições para construção do presente e, conseqüentemente, do futuro comum.

Nas escolas brasileiras, há estudantes de diferentes classes sociais, etnias e identidades culturais. Essas diferenças precisam ser acolhidas e trabalhadas pedagogicamente, para que a escola cumpra seu papel na formação cidadã (CANDAUI, 2012). A escola reproduz as relações sociais e de poder existentes na sociedade. Esse espaço pode reforçar preconceitos e discriminações ao ignorar as diferenças e tratar os estudantes de forma homogênea. É preciso que as instituições educacionais reconheçam e valorizem os saberes de todos os grupos que as compõem (GOMES, 2005) e isso deve ser aplicado no planejamento pedagógico. Ao criar expectativas com base em estereótipos, a escola limita as possibilidades de aprendizado. O combate ao racismo, sexismo e outras formas de discriminação deve ser explícito nos currículos e no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2001).

A formação de professores deve prepará-los para lidar com a diversidade e as relações étnico-raciais rechaçando preconceitos inconscientes que influenciam na interação com os alunos e suas expectativas sobre o desempenho deles. É preciso desconstruir o mito da democracia racial e trabalhar a diversidade de modo transversal no currículo (JESUS, 2019). As políticas de ações afirmativas, como as cotas nas universidades, buscam reparar desigualdades históricas. Porém, é preciso ir além e repensar as estruturas escolares para torná-las mais democráticas e inclusivas em todas as suas fases. A diversidade precisa ser observada como um valor positivo, que enriquece a experiência educacional de todos (SANTOS, 2021).



A escola é um espaço de diálogo entre diferentes grupos e culturas e essa pluralidade de vozes deve ser utilizada de modo positivo compondo a aprendizagem. A educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, indígena e cigana são passos importantes nessa dinâmica que promovem uma sociedade mais plural e com dignidade humana.

## **O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS NESSE PROCESSO**

É de extrema importância discutir o papel dos docentes, bem como refletir sobre sua prática profissional. Ao abordar-se a inclusão escolar, o professor é o principal agente de mudança. O docente orienta e lidera os estudantes no processo educativo. Para Hankel; Stahlschmidt (2009, p. 95), “o educador tem o papel e o poder de mudar o destino de seus alunos, desde que tenha consciência de sua responsabilidade”. O professor aponta para mundos de conhecimento, então, desconhecidos e promove perspectivas de ação que impactam o presente e, conseqüentemente, o futuro dos estudantes. O ensino, em sua causa maior, é uma educação para a vida, para a cidadania, o que segundo Arroyo (2000), é o aprender a sermos humanos. As práticas pedagógicas para tanto são complexas e dinâmicas.

Entre os desafios que os docentes enfrentam, encontra-se a necessidade de otimização dos recursos aos quais têm acesso, sejam esses de infraestrutura ou relacionados aos materiais didáticos. Os professores devem entender as realidades nas quais transitam e planejar de forma assertiva como alcançar as metas desejadas para um bom desenvolvimento educacional sendo a inclusão parte integrante nesse processo. Segundo Apple (2002), o trabalho dos professores exige o descobrimento, o uso e a aplicação de novas aptidões e conhecimentos para que haja eficácia no desenvolvimento e na aprendizagem contínua dos discentes. Nessa dinâmica, como ressalta Freire (1998), há que se atentar para aspectos fundamentais da prática educativa: o carinho e a atitude solidária do professor. Essa atenção confere qualidade e engajamento ao ensino, tornando-o humanizado.

Nessa conjuntura de preocupação quanto ao caráter humanizador das relações no ambiente de ensino, as atitudes dos professores também podem ser barreiras à inclusão.

A realidade em nossas escolas tem se mostrado muito contraditórias a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, há os que a temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam (CARVALHO, 2000, p.19).



Observa-se que numerosos professores do ensino regular consideram-se incapazes de lidar com as diferenças em sala de aula, principalmente lecionando para alunos com deficiência (Mittler, 2000). Nessa realidade, além de garantir aos alunos da inclusão o acesso às escolas regulares, é necessário fornecer apoio, capacitação e assistência pedagógica aos professores para que aprendam a desenvolver práticas de ensino inclusivo. Segundo Pimentel (2012), o professor deve possuir um corpo de conhecimentos que inclua as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, assim como as habilidades e competências relacionadas à mediação pedagógica no processo de ensino, possibilitando o que o estudante construa autonomia e confiança ao longo da dinâmica de aprendizado. Investir na educação é compreender as condições específicas apresentadas pelo grupo social ao qual pertence o educando ou do qual faz parte. Bentes (2011) ressalta que a escola deve buscar diferentes modos de fomentar as habilidades das crianças com maiores dificuldades para lidar com as diferenças.

Nesse contexto, Carvalho (2004) sugere que um professor, que tenha clareza epistemológica das bases que fundamentam o conhecimento, remove as barreiras no processo de aprendizagem através do investimento nas peculiaridades e especificidades do modo de aprender dos seus estudantes, reconhecendo para isso a diversidade presente em sua sala de aula. O docente contemporâneo deve ser, então, um pesquisador, formulador de proposta própria com autonomia enquanto ator e autor de sua história, segundo Demo (2004), mas há que se notar que,

Grande parte dos professores não estuda, não lê, não pesquisa nem elabora, em alguma medida porque sequer teria tempo disponível, ao consumi-lo dando aula. É possível dar o que não se tem? Até que ponto todos esses estudos e pesquisas sobre formação docente têm atingido a sala de aula e a vida dos professores em sua maneira de agir e pensar? (DEMO, 2004, p.89).

São necessárias políticas públicas que garantam um processo educativo de qualidade para toda a comunidade escolar e para o desenvolvimento profissional dos professores, garantindo a sua preparação. Leite e Aranha (2005) destacam que a formação continuada é vista como um aspecto facilitador da inclusão, pois pode ressignificar os professores em sua prática e capacitá-los para apoiar adaptações pedagógicas em benefício dos discentes.

## **SABERES DO PROFESSOR NA PRÁTICA EDUCATIVA**

Como mostra Monteiro (2001), a relação entre os professores e os saberes que ensinam é componente fundamental da atividade pedagógica e base para a configuração da identidade profissional. A forma como o conhecimento docente é transformado em conteúdo de ensino é



um tema de extrema importância e ainda pouco explorado como objeto de pesquisa. Portanto, não existe um paradigma que oriente a complexidade do processo. O modelo utilizado baseia-se na racionalidade técnica, no controle da prática pedagógica e no pressuposto de que o professor é um instrumento de transmissão do conhecimento produzido por outros.

Nessa abordagem, não são levados em consideração os aspectos subjetivos relacionados ao professor e ao estudante, ignoram-se experiências pessoais, vivências e outros fatores que constituem o processo. O espaço da sala de aula deve ser percebido como um local de ensino-aprendizagem. A relação entre teoria e prática se confirma e se articula no processo educativo por meio do entrelaçamento de saberes acadêmicos e conhecimentos adquiridos na docência (CASTRO, 2014). Segundo Monteiro (2001), seja no modelo diretivo “tradicional”, que privilegia a relação professor-saber, fundamentado na racionalidade técnica, como naquele não diretivo, no qual se destaca a relação aluno-saber, o saber não é questionado. Observa-se uma preocupação em relação à didatização e não às particularidades do processo.

Monteiro afirma que há um grande esforço para realizar pesquisas que aprimorem as ferramentas teóricas disponíveis e conduzam investigações que possam abordar esses novos problemas, cuja complexidade desafia os paradigmas atuais. Nesse contexto, criou-se a “categoria dos conhecimentos docentes”, um metadiscorso pedagógico. “Ensinar é muito mais do que transmitir conhecimento, [...] é uma ação deliberada e organizada por meio da qual o professor orienta a aprendizagem do aluno por métodos apropriados” (HAIDT, 2002). Para Libâneo (1994, p. 21), “ensinar é uma atividade conjunta de professores e alunos organizada sob a orientação do professor para promover as condições e os meios pelos quais os alunos adquirem ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e crenças”. Nessa conjuntura, Castro (2014), ressalta que ensinar é uma arte e exige um domínio crítico e reflexivo dos conhecimentos pedagógicos e curriculares para atingir com sucesso os objetivos do ensino, o que inclui as dimensões da informação, do ensino e da aprendizagem. Trata-se de uma posição de grande responsabilidade e intrincadas consequências para o futuro em sociedade.

A prática pedagógica convive num processo dinâmico, marcado pela constante aquisição de saberes e saberes, não é um processo automatizado, necessitando de análises frequentes, bem como a sua ressignificação. Ensinar é um trabalho interativo que requer a aquisição de uma variedade de conhecimentos científicos, curriculares e pedagógicos que são aprendidos na universidade e na profissão. “A qualidade da formação é essencial para que os professores possam realizar com sucesso o seu trabalho, que consiste, entre outras coisas, em transmitir, reestruturar e constituir conhecimentos” (TARDIF, 2002, p. 31). Leciona-se na sala



de aula, ensina-se para a vida e, nessa dinâmica, o professor também aprende e a sociedade transforma-se.

## **OS DIFERENTES SABERES DO PROFESSOR**

A docência é um trabalho realizado entre pessoas na transmissão de conhecimentos; onde é possível comunicar-se com três polos distintos: o professor, os alunos e o conteúdo a ser ensinado (FEITOSA, LEITE, 2011). Segundo Oliveira (2001), a prática docente pressupõe experiência, conhecimentos específicos e conhecimentos didático-pedagógicos. É na intersecção destes três elementos que se apoia a formação de professores e lhes confere uma identidade profissional. Compreender a existência de diferentes caminhos para a aprendizagem fará com que os professores pensem no processo de ensino e procurem diferentes recursos que apoiem a aprendizagem, mesmo em momentos diferentes. Isso exige um profissional fundamentado, teoricamente, para justificar suas decisões e estar, devidamente, envolvido com a realidade de seus alunos e seu processo de aprendizagem (PIMENTEL, 2012). Segundo Tardif (2014), desde a década de 1980, o tema do conhecimento docente deu origem a um grande número de pesquisas, o que enfatiza que a questão do conhecimento docente não pode ser separada de outras dimensões do ensino e que o conhecimento não é algo fluando no espaço. O conhecimento “pertence” ao professor e está relacionado com a pessoa e a identidade do docente, com as suas experiências de vida e história profissional, bem como com a sua relação com os discentes e outros atores do contexto educativo. Nas palavras de Tardif (2014), o conhecimento social é um conjunto de conhecimentos disponíveis para a sociedade, enquanto a educação é um conjunto de processos formativos e educativos concebidos socialmente para instruir os membros da sociedade com base nos seus conhecimentos sociais. Nessa dinâmica, fica evidente que grupos de educadores, corpos docentes que efetivamente realizam esses processos educativos no quadro educacional atual, são chamados de uma forma ou de outra a definir a sua prática em relação aos conhecimentos que possuem e a difundi-los. O autor destaca, desse modo, que o professor é antes de tudo alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir o saber a outros, no entanto, a prática profissional, na educação básica, é cheia de interrogações onde faz-se necessário especificar a natureza das relações destes professores com os saberes assim como a natureza dos seus próprios saberes.

## **OS DIFERENTES SABERES DO PROFESSOR E A INCLUSÃO ESCOLAR**



Ao questionar a natureza desses saberes e a maneira como os professores os integram em sua prática, podemos compreender melhor como eles impactam o processo de inclusão e a educação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Como os saberes disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais se entrelaçam na abordagem do professor à inclusão? Como esses saberes influenciam a capacidade do professor de criar ambientes de aprendizagem inclusivos e atender necessidades variadas dos alunos? Nessa seção bloco, discorre-se sobre a complexa interação entre os saberes do professor e a promoção da inclusão escolar, destacando-se a importância de uma formação docente sensível à diversidade e à singularidade de cada estudante. Os saberes docentes são constituídos de vários saberes provenientes de diferentes fontes. Esses saberes são os disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais. Entretanto,

a relação dos docentes com os saberes não se reduz à mera função de transmissão de conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais (TARDIF, 2014, p.36).

O conhecimento disciplinar seria aquele selecionado pelas instituições formadoras de professores. De acordo com o autor, esse conhecimento está integrado à prática pedagógica por meio da formação inicial e continuada de professores nas diversas disciplinas oferecidas pela universidade e corresponde a diferentes áreas do conhecimento, mas ao mesmo tempo se baseia na tradição cultural e nos grupos sociais que produzem o conhecimento. O conhecimento curricular corresponde aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta conhecimentos sociais definidos e selecionados como modelos de cultura e educação erudita. “Eles são apresentados na forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender a aplicar” (TARDIF, 2014, p. 38). Existem conhecimentos experienciais ou práticos que o professor adquire ao desempenhar suas funções. Os docentes desenvolvem conhecimentos específicos com base no trabalho diário e no conhecimento do seu ambiente. Esse conhecimento vem da experiência e é por ela confirmado, é incorporado à experiência individual e coletiva na forma de hábitos e habilidades de saber-fazer e saber-ser.

Segundo Cunha (2004), um professor que acredita no potencial do aluno, que se interessa pela sua aprendizagem e pelo seu nível de satisfação com o ensino, realiza a prática em sala de aula de acordo com essa atitude. Nesse sentido, o professor deve não apenas explicar



o conteúdo, mas também tirar dúvidas, problematizar, apoiar a autonomia. A aprendizagem só pode ser feita pelo aluno. Trata-se de um processo subjetivo.

A aprendizagem só pode ser realizada pelo próprio sujeito que aprende. Isso tem, é evidente, uma implicação profunda para toda a metodologia de ensino. É o aluno que deve pôr em ação seus mecanismos ou esquemas de assimilação, seus mecanismos operatórios, suas estruturas, seus conhecimentos (BURKE, 2003, p. 46).

Freire (1996) garante que a prática pedagógica não é apenas uma mudança de comportamento e não há como separar acontecimentos do cotidiano dos alunos do processo de aprendizagem assim como não se delimita horários para que haja o aprendizado de algo. A realidade ensina e constrói-se nessa dinâmica do saber e do vivenciar. O professor ensina com uma base de conhecimentos múltiplos, que se articula de forma a possibilitar a concretização do seu papel educativo. Acredita-se que esses inúmeros saberes e práticas podem auxiliar o professor no processo de inclusão escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, discorre-se sobre questões fundamentais relacionadas à educação, à democratização do ensino e à diversidade na sala de aula, com ênfase na formação de professores como agentes de transformação. A educação é um direito fundamental e a democratização da educação é essencial para garantir que todos tenham acesso a oportunidades educativas de qualidade. Além disso, aborda-se a riqueza da diversidade no Brasil, manifestada em diferentes identidades étnicas, sociais, culturais e raciais. Valorizar a diversidade é essencial para promover a igualdade e a justiça social. Nesse processo, observa-se a importância do papel dos professores como agentes de transformação. Os docentes desempenham função vital na promoção da inclusão e devem estar conscientes das suas responsabilidades na orientação da aprendizagem dos estudantes. No entanto, os profissionais enfrentam desafios, incluindo a necessidade de formação contínua para atender às diversas necessidades dos alunos. A formação de professores deve incluir não apenas conhecimentos disciplinares, mas também uma compreensão da diversidade e das relações de inclusão.

A inclusão escolar é um processo complexo e contínuo. As escolas devem esforçar-se por criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e isonômico onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver o seu potencial. As políticas de ação afirmativa, como as cotas universitárias, buscam reparar as desigualdades históricas, mas as estruturas escolares precisam ser repensadas para se tornarem mais inclusivas em todas as fases do processo de ensino e de



educação. A diversidade não deve ser vista como um obstáculo, mas sim como um valor que enriquece a experiência educativa de todos os alunos. Para construir uma sociedade mais pluralista e justa, é fundamental que os educadores se comprometam a entender as diferenças pedagogicamente. Os professores desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente educacional onde todos os alunos possam prosperar e tornar-se cidadãos conscientes e respeitosos. A formação de professores sensíveis à diversidade e à valorização do conhecimento docente são elementos essenciais para enfrentar os desafios da inclusão e promover a equidade educacional em um Brasil diverso e pluralista.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

AZANHA, J. M. P. **Democratização do ensino**: vicissitudes da ideia no ensino paulista. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a12/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BENTES, A. G. C. **Inclusão escolar**: bases teóricas e propostas de intervenção. 2011. Disponível em: <http://dmv2.iecee.ibict.br/handle/123456789/315>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BIRGIN, A. **Acesso à educação, equidade e democratização da educação**. 2010. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2134/1682>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/1996**. Brasília: Senado Federal, 1996.

CARVALHO, J. S. F. **Democratização do ensino revisitado**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.2, p.240-255, maio/ago. 2012.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2001.

FANIZZI, C. **A educação e a busca por um laudo que diga quem és**. 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15022018-04643/publico/VOLUME1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FERREIRA, J. B.; GUIMARÃES, S. S. Inclusão versus exclusão no ensino regular. **Cadernos de Pesquisa**, v. 111, p. 213-229, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília: MEC, 2005.

JESUS, R. A. **As relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades e possibilidades de superação. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. **Inclusão, biopolítica e educação**. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/12942/9452>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum**: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista e-curriculum, São Paulo, v.17, n.1, p. 5-23 jan./mar. 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002). Acesso em: 21 dez. 2022.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. A. L. **Controle e Medicalização na Infância**. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/viewFile/2456/2090>. Acesso em: 21 dez. 2022.

OYAMA, R. M. **Democratização do ensino**: um ideal a ser alcançado? 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rever/article/view/57684>. Acesso em: 24 dez. 2022.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. IN: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (orgs.): **Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, S. A. **Ações afirmativas e diversidade na educação superior brasileira**: a permanência em foco. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA, T. C. **Da infância inventada à infância medicalizada**: considerações psicanalíticas. Tese de doutorado, FEUSP, 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

TOURAINÉ, A. **Iguais e diferentes**: poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto; Luis Silveira Menna Barreto; Solange Castro Apeche. São Paulo: Martins Fontes, 1994.